

Federais garantem segurança de Lula

São Paulo - A Polícia Federal criou uma estrutura especial em São Paulo - uma espécie de delegacia, com cerca de 20 policiais - para garantir a segurança pessoal do candidato da Coligação União do Povo Muda Brasil à Presidência, Luiz Inácio Lula da Silva. A estrutura é vinculada à Divisão de Ordem Política e Social (Dops), em Brasília, mas todo o esquema de proteção está sendo operacionalizado a partir de São Paulo - para onde foram chamados agentes federais de várias regiões do País. Os outros presidenciáveis só recebem atenção quando estiverem em visita ao estado, assim mesmo, se formalizarem o pedido.

A missão do grupo é assegurar a integridade física de Lula em São Paulo ou em qualquer região do País para onde ele viajar como candidato. Os policiais não interferem na agenda montada pelo escritório do líder petista, mas cuidam de toda a infra-estrutura de segurança, que vai de um levantamento prévio dos locais onde participará de comícios à presença física em cima dos palanques e trajetos percorridos pelo candidato. Até a construção de um palanque ou o número de pessoas que ele comporta passam pelo crivo dos policiais.

Em algumas ocasiões há divergências com organizadores: num comício de Lula no interior de Minas Gerais, há poucos dias, por exemplo, os agentes alertaram para os riscos que o palan-

que oferecia - era alto demais e pequeno para o número de políticos e assessores que pretendiam subir. Como os organizadores se recusaram a modificar, os agentes foram obrigados a esclarecer que eles seriam responsabilizados caso ocorresse algum tipo de acidente que atingisse Lula. Tudo foi escrito num relatório.

Preocupação

"Nossa maior preocupação é garantir a integridade física do candidato. Nunca interferimos na agenda de campanha. Apenas alternamos o número de agentes destacados de acordo com o comício ou ato que ele vai participar", diz o delegado Francisco Baltazar da Silva - que coordena, pela segunda vez, o esquema de proteção a Lula.

Sugerir que o candidato deixe de ir a uma favela ou locais normalmente apontados como área de risco está fora de cogitação porque isso atingiria de morte a pretensão de quem está indo atrás de votos. Segundo o delegado, a alternativa de bom senso é sempre um levantamento rigoroso dos pontos a serem visitados ou o aumento do aparato policial.

A segurança dos candidatos à presidência da República é uma atribuição da Polícia Federal definida em lei (7.747/86) e regulamentada por decreto (9090/87). O esquema é estendido a todos, desde que a Polícia Federal seja acionada.